

COMPOR ESTUDOS CULTURAIS NO ANTROPOCENO: POR UMA EDUCAÇÃO PÓS-ANTROPOCÊNTRICA

COMPOSING CULTURAL STUDIES IN THE ANTHROPOCENE: TOWARD A POST-ANTROPOCENTRIC EDUCATION

COMPOSER LOS ESTUDIOS CULTURALES EN EL ANTROPOCENO: HACIA UNA EDUCACIÓN POST-ANTROPOCÉNTRICA

Luís Henrique Sacchi dos Santos ¹, Daniela Ripoll ²

Resumo:

Este ensaio reflete experiências docentes inspiradas pelos Estudos Culturais, em diálogo com a Educação, para problematizar o ensino de Biologia no Antropoceno. Propomos uma escrita que tensiona os binarismos natureza-cultura e humano–não humano, desafiando o antropocentrismo e os regimes de invisibilização. Inserido nos debates multiespécies e na virada não humana, o texto a compreende como uma prática político-intelectual crítica e urgente. Analisamos como tradições biológicas moldam práticas de pesquisa e formação, especialmente aquelas baseadas na morte animal, enraizadas em racialidades coloniais e especistas. Discutimos a virada não humana nas Ciências Biológicas, com foco na ética, no ensino e na formação docente. Abordamos dimensões biopolíticas e necropolíticas que atingem humanos e não humanos, propondo uma ética interespécífica contra a indiferença. Convocamos os Estudos Culturais a enfrentar as urgências contemporâneas sob uma perspectiva pós-antropocêntrica e dialogar com práticas educativas não especistas e os *Critical Animal Studies*, afirmando sua potência para novos horizontes éticos e pedagógicos.

Palavras-chave: Educação; Estudos Culturais; Ensino de Biologia; virada não humana; antropoceno.

Abstract:

This essay reflects on teaching experiences inspired by Cultural Studies and in dialogue with the field of Education, aiming to problematize Biology teaching in the context of the Anthropocene. We propose a mode of writing that challenges the nature-culture and human - non-human binaries, confronting anthropocentrism and regimes of invisibility. Situated within multispecies debates and the non-human turn, the essay understands this turn as a critical and urgent political-intellectual practice. We examine how biological traditions- rooted in the natural sciences - continue to shape research and training practices, particularly those based on the killing of animals for knowledge production. We discuss the non-human turn in the Biological Sciences, focusing on ethics, teaching, and teacher education. The essay addresses biopolitical and necropolitical dimensions affecting both human and non-human animals, proposing an interspecies ethics against indifference. Cultural Studies are called upon to critically respond to contemporary urgencies from a post-anthropocentric perspective, engaging with non-speciesist educational practices and Critical Animal Studies to open new ethical and pedagogical horizons.

¹ Faculdade de Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: luishss2009@gmail.com

² NECCSO – Núcleo de Estudos sobre Cultura, Currículo e Sociedade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: dripoll76@gmail.com



Keywords: Education; Cultural Studies; Biology Teaching; non-human turn; Anthropocene.

Resumen:

Este ensayo reflexiona sobre las experiencias docentes inspiradas en los Estudios Culturales, en diálogo con el campo de la Educación, con el objetivo de problematizar la enseñanza de Biología en el contexto del Antropoceno. Se propone una escritura que tensiona los binarismos naturaleza-cultura y humano-no humano, desafiando el antropocentrismo y los régimenes de invisibilización. Inscrito en los debates multiespecie y en el giro no humano, este texto lo entiende como una práctica político-intelectual crítica y urgente. Se analiza cómo las tradiciones biológicas siguen moldeando prácticas de investigación y formación, especialmente aquellas basadas en la muerte de animales, arraigadas en las racionalidades coloniales y de especies. Se discute el giro no humano en las Ciencias Biológicas al centrarse en la ética, la enseñanza y la formación docente. Se abordan las dimensiones biopolíticas y necropolíticas que afectan a humanos y no humanos, proponiendo una ética interespecie frente a la indiferencia. Se convoca a los Estudios Culturales a responder críticamente a las urgencias contemporáneas desde una perspectiva postantropocéntrica y a dialogar con prácticas educativas no especistas y los *Critical Animal Studies*, afirmando su potencial para nuevos horizontes éticos y pedagógicos.

Palabras clave: Educación; Estudios Culturales; Enseñanza de Biología; giro no humano; antropoceno.

1. Palavras iniciais

Ao levantarmos alguns questionamentos acerca do ensino de ciências e de biologia com o compromisso dos Estudos Culturais em responder às urgências da nossa atual condição antropocêntrica, não nos deteremos em torno da definição do conceito de “Antropoceno”, uma vez que ele é alvo de diferentes formulações e disputas teóricas. Adotamos, contudo, uma compreensão que o caracteriza como o período histórico em que as ações humanas passaram a ameaçar – muitas vezes de maneira irreversível – o equilíbrio dinâmico da vida na Terra, em escala planetária, envolvendo tanto seres vivos quanto não vivos. Alinhamo-nos à perspectiva que associa o Antropoceno às práticas colonizadoras de exploração e extração, fundamentais para o surgimento e a sustentação do capitalismo tal como o vivenciamos. Nesse sentido, consideramos que se torna pertinente a adoção do termo **Capitaloceno** – como refere Moore (2016), “uma palavra feia para um sistema feio” (p. 5-6) –, que evidencia a centralidade das dinâmicas capitalistas nos **usos** que se faz **da natureza** e nas crises ecológicas contemporâneas³. Existem ainda outras propostas que tensionam ou complementam o termo **Antropoceno** (Moore, 2016, p. 6), mas, entre elas, destacamos a proposição de Donna Haraway – pesquisadora fundamental nos Estudos Culturais e em outros campos do saber – de nomear esse período como **Chthuluceno** (Chthulucene),

³ No livro organizado por Moore (2016), Altvater (2016, p. 145) refere que “o Capitaloceno diz respeito tanto à ideologia quanto à energia, à classe e à maquinaria. No Capitaloceno, a ‘natureza’ foi transformada em um ativo de capital. A natureza foi reduzida a algo que pode ser valorizado, comercializado e consumido como qualquer outro ativo: capital industrial, capital humano, capital do conhecimento, ativos financeiros e assim por diante. Essa é a forma ideológica de incorporar a natureza à racionalidade capitalista e ao seu cálculo monetário. Essa é, claro, a forma dominante de pensar na economia convencional”.

enfatizando a necessidade de narrativas mais multiespécies, interdependentes e menos antropocêntricas (Haraway, 2016).

No contexto dessas discussões, que tensionam o Antropoceno e a **persistência da exceção humana** (Lewgoy; Segata, 2017), é que queremos compartilhar as reflexões de nosso próprio cotidiano de leituras (acadêmicas e literárias) e de nossos interesses de trabalho como professores formadores de licenciandos em Biologia e Pedagogia, explorando a possibilidade de uma escrita que cruze o vivido com o teórico. Estamos, portanto, buscando aproximar interesses de pesquisa de um modo de ver e interpretar certas situações a partir de um movimento já expresso pelos Estudos Culturais, uma vez que, como refere Restrepo ao falar sobre Stuart Hall, “[...] são uns estudos que nascem da experiência das pessoas, são estudos que têm muito a ver com as vísceras, com as problemáticas que nos convocam [...]” (Conferência [...], 2017).

É nesse sentido, de algo que tem a ver com as vísceras, que este ensaio emerge como parte de um projeto⁴ que toma a proliferação editorial de livros sobre temas biológicos (ambientais, animais, vegetais, fúngicos, somados às mudanças climáticas, à extinção, aos direitos dos seres vivos e da natureza, às **espécies invasoras**, entre outros), os quais vimos procurando articular às discussões acerca do corpo animal e do corpo humano com a própria animalidade incorporada (e, na maior parte das vezes, negada) no humano. Assim, ao articularmos literatura e algumas reflexões acerca de nossas experiências como professores, não estamos propondo a análise de uma **política de leitura** de um grupo ou de um segmento social específico – como fizeram os pesquisadores do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) de Birmingham, especialmente Raymond Williams, ao analisar a leitura empreendida pelas classes populares inglesas. Trata-se, aqui, de um exercício bem mais artesanal de costurar, à moda de remendos, retalhos de diferentes experiências e formas, o que se poderia aproximar da tal **bricolagem interteórica** destacada por Fornas (2022) e por Nelson, Treichler e Grossberg (1995).

Articulando os Estudos Culturais em Educação – especialmente em sua preocupação com um conhecimento visceral, que emerge do que nos desestabiliza – à discussão sobre a virada não humana e à necessidade de problematizar a formação de professores(as) de Ciências e Biologia, bem como de pesquisadores(as) no campo da Educação e das Ciências Biológicas, propomos refletir sobre a relação entre o corpo humano e o corpo animal a partir da seguinte indagação: “o que a importância dada aos animais nos revela sobre as pessoas?” (Garber, 1999 *apud* Maciel, 2016, p. 63). Tal questão nos permite tensionar as fronteiras impuras – evanescentes e imaginárias, embora produtoras de efeitos concretos – entre animais humanos e animais não humanos. Essa pergunta poderia, inclusive, ser invertida: **o que a desimportância atribuída às pessoas nos**

⁴ Trata-se do projeto **Os livros, os estudos culturais em educação, a virada não humana e a biologia: algumas possíveis articulações**, desenvolvido por ambos os autores no âmbito da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

revela sobre os animais? Em ambos os casos, trata-se de um convite para pensarmos os deslizamentos entre animais humanos e não humanos sob a ótica da biopolítica e da necropolítica (cf. Giorgi, 2016), o que implica reconhecer as tensões entre **vidas que importam** e **vidas que importam pouco (ou nada)**, sobretudo quando confrontadas com os interesses (de alguns) dos próprios animais humanos.

A velhinha que compra bifes embalados em isopor e plástico no supermercado não quer saber da morte. Ao alcançar a bandeja de isopor a pedido da mãe e olhar para os dois bifes exangues, o menino nem desconfia que existe alguma morte ali embalada. As pessoas empurrando seus carrinhos de supermercado, estimuladas pelo som ambiente, não querem saber qual é o principal produto à venda nos refrigeradores. (Terron, 2024, p. 31)⁵.

2. Compor Estudos Culturais no contexto da virada não humana

Nas duas últimas décadas, tem-se observado uma proliferação significativa de estudos dedicados ao reconhecimento da agência, resistência, senciência e dos direitos dos animais (vide Almiron, 2021; Almiron, Aranceta-Reboredo, 2022; Bevilacqua, 2019; Colling, 2024; Faria, 2023). Esses estudos se configuraram a partir de uma multiplicidade de enfoques – *animal studies*, *critical animal studies*, animalidades, ética animal, zooantropologias, zooliteratura, etnografias multiespécies, vozes vegetais, entre outros – e vêm sendo produzidos no interior de campos disciplinares já consolidados, como Antropologia, Botânica, Zoologia, Literatura, Comunicação, História, Direito e Filosofia. Tal diversidade de perspectivas e objetos aponta para um deslocamento epistêmico mais amplo, que desafia a centralidade ontológica do humano e interroga os modos de produção de conhecimento que, historicamente, submeteram formas de vida ao regime da utilidade, da violência e da invisibilidade.

⁵ Ao longo deste texto, inserimos excertos de obras literárias que têm os animais como temática central, como narradores ou como personagens. Esses trechos funcionam como pontos de ancoragem para determinadas discussões desenvolvidas ao longo do ensaio, ainda que nem sempre de maneira diretamente articulada ao conteúdo imediato da análise. Nesse sentido, embora possam parecer inserções isoladas, os excertos estão estrategicamente posicionados, não operando como simples epígrafes ou citações bibliográficas. Nossa intenção é que essas passagens, ao dialogarem com os temas em debate, adicionem uma nova **camada de leitura** – um intertexto que abre o texto a outras associações, articulações e possibilidades interpretativas. Portanto, o objetivo **quanto à forma** não é estabelecer uma articulação analítica direta entre o excerto literário e o argumento central, mas provocar outras reflexões e evidenciar como a literatura, por seus próprios meios, problematiza elementos biológicos e biopolíticos. Acreditamos que a potência desses trechos reside justamente em **desacomodar** a leitura e permitir que públicos distintos — pesquisadores/as, biólogos/as, professores/as de Ciências e Biologia — percebam que se trata de uma mesma episteme/racionalidade em operação, cujos efeitos se manifestam em diferentes campos discursivos, sendo a literatura um deles.

Nesse sentido, e considerando que grande parte das **tradições biológicas** – notadamente aquelas voltadas à pesquisa – continuam ancoradas mais na morte do que na vida (vide Cruz, 2018, 2020), gostaríamos de (re)afirmar a potência crítica dos Estudos Culturais para também problematizar as animalidades. Sua abertura constitutiva às interseções entre saberes, práticas e modos de existência oferece um terreno fértil para pensar as vidas não humanas não apenas como objetos de investigação, mas como sujeitos implicados em redes complexas de sentido, poder e afeto.

É nessa direção que pensamos que os Estudos Culturais podem se articular com diferentes **viradas** (animal, vegetal, micelial etc.), as quais colocam os não humanos, em relações multiespécies, como personagens centrais ou como parcerias indissociáveis daquilo que nos constitui e que reconhecemos **como próprio do humano**. Alguns autores caracterizam tal interesse pela vida animal, vegetal ou micelial, especialmente no âmbito acadêmico, como uma **virada** (aos modos das viradas linguísticas e culturais, por exemplo), no caso, **não humana** ou **animal**. De acordo com Cord (2022a), essas “viradas não-humanas” (*no human turn*) se caracterizam por serem contrárias à ideia de um excepcionalismo humano (vide Lewgoy; Segata, 2017) e por estarem engajadas em descentralizar o humano em favor de uma virada e preocupação com o não-humano ou, mesmo mais diretamente, como uma **virada animal** – o que, de certo modo, mantém certa hierarquia de importância aos animais em detrimento, por exemplo, de outros organismos e, sobretudo, dos vegetais (vide Ponce de Léon, 2023).

Peters, Stucki e Boscardin (2014, tradução nossa) perguntam: “o que entendemos por virada animal?”. De acordo com elas, trata-se de “um crescente interesse acadêmico pelos animais, pelas relações entre humanos e outros animais, e pelo papel e status dos animais na sociedade (humana)”. Assim, para as autoras, a virada animal diz respeito a “uma abordagem acadêmica sobre os animais em novos termos e sob novas premissas”. Algo similar pode ser encontrado no texto da historiadora Harriet Ritvo (2007), “On the Animal Turn”, no qual ela afirma que “a virada animal também sugere novas relações entre acadêmicos e seus sujeitos [animais]” (Ritvo, 2007, p. 119, 122, tradução nossa) e que “o estudo de animais tornou-se mais respeitável e popular em muitas disciplinas das humanidades e das ciências sociais, embora ainda estejam longe de ser considerados centrais nessas áreas” e, ainda, que tal marginalidade e caráter fronteiriço entre muitas disciplinas é “fonte de seu apelo e poder”.

Diante da crescente produção de estudos que tratam das especificidades relativas à agência, resistência, senciência (**qualquer animal capaz da sensação de estar vivo no mundo**), insurreição e ao direito dos animais, e que se distribuem sob diversas denominações já mencionadas, queremos, como já apontado, recolocar a contribuição dos Estudos Culturais nesse debate, tomando como horizonte aquilo que chamamos de **chaves-biológicas** ou, de modo mais

direto, o que o prefixo **bio** mobiliza quando pensamos em questões relacionadas aos ambientes, aos animais, à vida.

Ao contrário dos filósofos, os poetas apresentam, de início, “um sentimento” pela experiência do animal. Isso os leva a reconhecer que é crime matar qualquer animal capaz da sensação de estar vivo no mundo. Costello insiste para que reconheçamos que essa simpatia pode se estender à totalidade da vida animal no mundo. “Se somos capazes de pensar nossa própria morte”, pergunta ela, “por que diabos não somos capazes de pensar a vida de um morcego”. [...] A questão central que Coetzee levanta é se existe alguma forma, seja filosófica, poética ou psicológica, de resolver esses conflitos éticos ou harmonizar essas sensibilidades conflitantes (Gutman, 2002, p. 10, 13).

Mesmo que possa ser um artifício, mesmo que se trate de um discurso mais acadêmico do que prático, pensamos que **a virada** ou, mais precisamente, **as viradas** constituem uma forma de discutir como as **crises ambientais** ou do **Antropoceno** (que são, ao mesmo tempo, epistemológicas, políticas, econômicas e especistas, visto estarem primordialmente preocupadas com os humanos) podem nos permitir olhar e refletir a partir de outra posição. Isso, claro, se estivermos atentos aos próprios movimentos de mudança de racionalidade e às suas **próprias armadilhas** – como a de simplesmente trocar os nomes para continuar fazendo o mesmo.

Para Florian Cord (2022a, 2022b, 2022c), assim como para Fornas (2022) e Couldry (2022), os Estudos Culturais devem, tanto intelectual quanto politicamente, se interessar por “essas novas abordagens e devem se envolver com elas, testá-las e, quando necessário, ‘traduzir’ e ‘rearticular’ em ‘zonas de contato’” (Cord, 2022b, p. 26, tradução nossa) – ou seja, nas articulações entre campos, áreas, disciplinas, metodologias, análises e na relação ético-estética entre a política acadêmica e o ativismo. Em sua visão, isso não apenas enriqueceria os Estudos Culturais (e seu constante esforço de narrar sobre o que são) com novas perspectivas e conceitos para sua **caixa de ferramentas** teórico-metodológica, como eles, nessa articulação/encruzilhada, também “teriam muito a contribuir para as lutas críticas (culturais, políticas/sociais/econômicas) que se travam hoje” (Cord, 2022b, p. 26, tradução nossa).

Para o autor, levar a sério o não humano em sua própria dimensão de agência – e insurreição, diríamos a partir de Almiron (2021) e Colling (2024)⁶ – é hoje uma tarefa política urgente, dadas

⁶ Segundo Colling (2024, p. 10), os animais se comunicam por meio de sua insurreição: “Os animais falam com suas línguas, seus cantos, seus movimentos, seus gestos e os ritmos da espécie à qual pertencem. [...] Talvez não saibamos como é experimentar o mundo sendo de outra espécie, mas nosso conhecimento e nossos sentidos nos ajudam a tentar compreender as vozes dos animais a partir de suas perspectivas e emoções. [...] Para escutar genuinamente as vozes

as crises já apontadas, em especial, como ele reitera, as ameaças à democracia que, mais do que nunca, precisam ser revistas, em termos teóricos e políticos, para incluir e considerar “os não-humanos como membros e participantes da política” (Cord, 2022c, p. 26, tradução nossa). Esse autor, por fim, explora essa articulação com o pós-humanismo, dizendo que sua compreensão não é aquela que “sonha com o ‘aperfeiçoamento’ ou a ‘transcendência’ do humano”, mas com uma ruptura, um **depois** do humanismo ou do humano, que busca um tensionamento ou uma **elaboração** crítica que “[...] aqui, na terra, no barro, no composto, no húmus, para além do especismo, pode compor os Estudos Culturais para o Antropoceno” (Cord, 2022b, p. 35, tradução nossa).

Ao falar sobre a virada vegetal/botânica, Ponce de Léon (2023, p. 61) chama a atenção para pensarmos a perspectiva das **viradas** no âmbito dos Estudos Culturais “[...] como práticas que são, em primeiro sentido, anglófonas”, de modo que é necessário tanto pensar a pertinência de seu uso, em termos da produtividade que a virada provoca, quanto em quais seriam as contextualidades locais (brasileiras/latino-americanas) no sentido de refletir a respeito da produtividade da noção de **virada** entre nós⁷.

Considerando essas colocações, e reconhecendo que a noção de pós-humanidades discute, entre outros aspectos, as formas pelas quais diferentes formas de vida – humanas (inclusive crianças), animais (classificados como **úteis** ou **inúteis**) e outras existências – são convertidas em **coisas**, passíveis de empacotamento, comercialização (em sua totalidade ou em partes, como *commodities*) e até mesmo tráfico, é possível observar, em contraposição, o movimento de elevação de determinados animais ao status de **pessoas não-humanas** (Bevilacqua, 2019). Soma-se a isso a crescente valorização afetiva, ética e econômica atribuída tanto a animais de estimação (*pets*) quanto a plantas consideradas **domésticas, ornamentais** ou de interesse agronômico – elementos que, com frequência, ocupam lugar central na vida humana e, em alguns casos, ingressam até mesmo na esfera dos direitos.

Trata-se, portanto, de um duplo movimento: de um lado, a extração, a supressão e a negação de direitos; de outro, a ampliação de prerrogativas historicamente restritas a certos humanos – como proteção, alimentação, moradia, bem-estar e o próprio direito a uma vida considerada digna – agora estendidas, seletivamente, a determinados não humanos. Esses mesmos direitos, contudo, seguem sendo negados a uma imensa parcela de outros humanos e, sobretudo, à maioria das demais formas

dos animais, é preciso considerar a tentativa de dissolver as estruturas de poder assimétricas nas relações entre eles e os humanos”. Almirón (2024, p. 32, tradução nossa) também afirma que, assim como a classe trabalhadora humana, também há resistência por parte dos outros animais em serem oprimidos, “como nas fugas de animais explorados em fazendas, zoológicos, circos, caminhões que os levam ao matadouro etc., [...] ou como expressam ostensivamente os animais em laboratórios de experimentação, com seus gritos, sua não colaboração ou seu encolhimento no fundo das gaiolas”.

⁷ Tal discussão está para ser empreendida entre nós, a qual também envolve um maior aprofundamento na já extensa literatura sobre a virada animal.

de vida. Suspeitamos que esse duplo movimento tem, em parte, **raízes** e se mantém **brotando** em razão da manutenção de dadas tradições biológicas, as quais constituem as bases do ensino e da formação de biólogos e professores de biologia.

3. A morte na reiteração das tradições biológicas

“Tradições biológicas são práticas de reprodução” (Jardine; Spary, 1996, p. X), tradução nossa), ou seja, são aqueles atos instituídos por naturalistas no passado (podemos dizer, a partir do século XIX de modo mais institucionalizado) e que, pelo tipo de prática que se inseriu na composição das áreas e/ou disciplinas das Ciências Naturais e, posteriormente, Ciências Biológicas, fundaram (e se estabeleceram a partir do século XVII, mas se institucionalizaram nos séculos XIX e XX, e ainda seguem presentes no XXI) uma forma de fazer pesquisa que, no caso dos estudos zoológicos com vertebrados, se baseia, por exemplo, na maior importância dada aos ossos/esqueletos do que a outras partes do corpo. Portanto, estamos falando de práticas que, no contexto europeu – especialmente a partir do século XIX –, foram consensualizadas por instituições científicas como museus, sociedades científicas e publicações que circulavam naquele contexto de **mentalidade colonialista**. **Colonialista** porque, essencialmente, tais práticas baseavam-se nas viagens dos naturalistas a lugares distantes, a partir das quais não eram descritos apenas o espaço, as pessoas, as **raças**, os comportamentos, a economia, mas também o entorno natural era cartografado – como as riquezas minerais (a serem exploradas nas Colônias), a flora e a fauna –, enviadas predominantemente a museus europeus após terem sido capturadas/recolhidas, desenhadas e armazenadas adequadamente, de acordo com as práticas vigentes à época. A isso nos referimos como **tradições biológicas**, embora essa ideia seja mais bem compreendida teoricamente a partir da noção de **comunidades de prática**, tal como empregada por Cruz (2020), com base em Bruno Latour, naquilo que se segue.

[...] levavam sua alma para a pele do papel em tão perfeita conformidade que seria possível dizer que o bicho rastejaria, caso fosse cobra, ou voaria, caso fosse pássaro, para fora daquele frágil limite. Depois, o desencantamento prosseguia. E morrer era só uma parte muito pequena daquilo tudo. O bicho, o bicho mesmo, em força e sangue, era tornado em nada depois que tudo se dava por encerrado. Morto e destripado, o bicho era limpo, sendo raspada da pele a carne já desprovida de poder, e o corpo esvaziado de tudo o que tinha sido um dia, restando um saco mole e triste, que só depois seria reconstruído com palha ou qualquer tipo de enchimento que servisse, recebendo, pouco a pouco, a antiga forma, e sendo assoprada nele aquela outra cara, aquela outro corpo, aquela boca que, aberta, não

mais comeria; que, fechada, não mais se abriria: e era daí que surgiria o novo bicho, o outro bicho, muitas vezes inventando um movimento que nunca poderia terminar, endurecido em uma posição, salto ou bote que a partir daquele momento jamais poderia se extinguir (Verunsch, 2021, p. 12).

Nas palavras de Jardine e Spary (1996, p. 9, tradução nossa), essas práticas de reprodução seriam, então, “[...] habilidades e conhecimentos que são passados de geração a geração; na história natural, assim como em outras disciplinas, [e que] incluem não somente procedimentos de instrução formal, mas também caminhos informais através dos quais várias práticas e habilidades do naturalista são transmitidas”. Ou seja, as tradições do passado – que, em grande parte devido às limitações de conservação e à incipiente prática de coleta de fósseis, concentravam-se prioritariamente no estudo de ossos e esqueletos (além da taxidermia) – continuam a influenciar as práticas atuais. Isso se deve também às formas como as práticas científicas se instituíram e se consolidaram com a constituição das disciplinas (vide Foucault, 2002), o que contribuiu para a permanência desses referenciais. Essas tradições estão ancoradas, por exemplo, nos **Tipos, Holótipos e Parátipos**⁸, que frequentemente constituem as peças fundamentais para a definição de uma espécie e sustentam práticas contínuas de coleta e extração.

Apesar do avanço das discussões conservacionistas – mais frequentes a partir da década de 1970 –, da consolidação de práticas não invasivas e do desenvolvimento de novas tecnologias de pesquisa que advogam pela permanência dos animais em seus habitats naturais, certas tradições investigativas ainda prevalecem. Embora recursos como a análise de pelos, padrões de pelagem, fezes, vômitos, estudos de comportamento, registros fotográficos (inclusive com armadilhas fotográficas), filmagens, telemetria e uso de GPS, por exemplo, se insiram no escopo do que tem sido denominado **pesquisa benigna** (*benign research*) ou não invasiva, sugerimos que tais práticas não têm sido suficientes para deslocar de forma significativa os modos tradicionais de pesquisa. Destarte, essas tradições persistem tanto na produção de conhecimento quanto na formação de biólogos e professores, perpetuando-se como práticas naturalizadas e, por isso mesmo, dificilmente questionadas.

Elizeu Cruz, formado em Ciências Biológicas, realizou uma pesquisa etnográfica durante seu doutorado em Antropologia (Cruz, 2018), a partir de aportes de Bruno Latour, como uma **antropologia simétrica**. Seu foco de investigação foi o trabalho de campo de biólogos atuando na Caatinga, bioma característico do semiárido brasileiro. No artigo “Quando biólogos olham para os bichos: caatinga, ecologia e zoologia entre vida, trabalho e morte” (Cruz, 2020), o autor analisa, portanto, o acompanhamento de diferentes profissionais em campo – ecólogos, botânicos, zoólogos

⁸ Para maiores esclarecimentos, consulte o texto “Tipos nomenclaturais”. Disponível em: <https://herbarium.ugr.es/pages/imagenes/tipos-nomenclaturales?theme=pdf>. Acesso em: 17 set. 2024.

– e suas relações com animais, plantas e lugares que pesquisam. A partir dessa imersão, Cruz discute, entre outros aspectos, **a tensão entre vida e morte no fazer biológico**, especialmente no que diz respeito à coleta de animais para fins científicos, formativos (inclusive em atividades realizadas no próprio campo, que se converte em um tipo de laboratório) e para a composição ou ampliação de coleções zoológicas de referência. Essas práticas são, em geral, justificadas pelo discurso de que a morte de alguns indivíduos seria necessária para o conhecimento e a conservação da espécie – ideia que o autor sintetiza com a fórmula paradoxal: “espécime a matar para espécies proteger”⁹ (Cruz, 2020, p. 136). Nesse sentido, ele aponta que

a morte dos animais permite que os pesquisadores estudem os vivos e, nesse jogo ético de vida e morte, elaborem saberes que compõem os agenciamentos produtores das suas carreiras em um movimento situado, portanto circunscrito e circunscritivo, no escopo dos seus projetos que, sistematicamente, dialogam com os saberes já consolidados das suas disciplinas, ecologia e zoologia nesse caso (Cruz, 2020, p. 118-9).

É oportuna outra citação a fim de caracterizarmos o que Cruz comprehende como o trabalho do biólogo em suas comunidades de prática das Ciências Biológicas (o que anteriormente aproximamos de **tradições biológicas**). Assim, segundo ele:

biólogos buscam conhecer animais, plantas e outros entes e, após relações de enredamentos múltiplos, os descrevem como espécies circunscritas e circunscritivas de áreas, podendo ser únicas, espécies jamais encontradas em outros lugares, as chamadas espécies endêmicas; ou espécies já catalogadas e que, após as suas descrições, são também nelas identificadas. Eles seguem os rastros dos não-humanos: pegadas, cheiros, registros jornalísticos, relatos de humanos, marcas de hábitos alimentares e outros sinais deixados pelos animais nos diversos territórios em que transitam. *Tais sinais permitem que biólogos encontrem e recrutem animais para participarem de pesquisas com a possibilidade de serem deslocados para laboratórios, onde são submetidos a protocolos específicos desses espaços* (Cruz, 2020, p. 117, grifo nosso).

Conforme já destacado, Cruz (2020, p. 118) qualifica sua pesquisa como uma etnografia multiespécie, a qual busca compreender a **agência** dos animais não humanos no acompanhamento

⁹ Tal fórmula paradoxal também é reiterada pela seguinte passagem “[...] entre os biólogos, a morte dos animais se entende como um sofrimento útil e necessário, não só para os humanos que dependem da morte para trabalhar (e fazer ciência), mas sobretudo para proteger a vida de outros exemplares da espécie que representam o animal morto e seu entorno” (Cruz, 2020, p. 128).

dos biólogos “para descrever as experiências que os entrelaçam com os animais da caatinga”. O texto do autor apresenta muitos objetivos, como compreender de que forma o trabalho dos biólogos contribui para a ideia de exclusividade do bioma Caatinga, mas, aqui, destacamos como as práticas que ele analisa, no entrelaçamento homem-animal, **estão enraizadas na lógica histórica da vida e da morte** construída pelas comunidades de prática (as tradições) das Ciências Biológicas ao longo do tempo e que **recrutam animais para participarem de pesquisas**. Tal **participação**, na qual os animais (e os demais seres vivos) entram com suas vidas, e os biólogos, com seu trabalho, insistem em reiterar que esse é o preço (ou um dos preços) para se **conhecer e preservar a espécie**. Por exemplo, em relação à morte de roedores em campo, realizada por estudantes em formação e sob a supervisão de pesquisadores-professores, segue um conjunto de etapas que, a despeito da morte do animal, busca minimizar seu sofrimento.

Podemos dizer que esse trabalho, que conecta práticas compartilhadas ao longo do tempo – ensinadas aos novos estudantes (seja em aulas, seja em campo) –, instituições (como as universidades e os museus) e animais (como os roedores, os peixes, os morcegos, os insetos e os pesquisadores e suas carreiras), compõe uma rede de atores e saberes que se alimenta das tradições biológicas e as retroalimenta. Dessa forma, outras formas de fazer pesquisa em campo ou em laboratório (e obter dados válidos para os artigos científicos), ministrar aulas e formar novos pesquisadores provavelmente têm pouco espaço, seja por sua novidade, seja pela dificuldade de validação e comparação com outros estudos já realizados e que compõem os *a priori* (certamente construídos) cada ramo de investigação, tal como a centralidade dos ossos e esqueletos armazenados há alguns poucos séculos em coleções e museus.

Assim, parece-nos que as próprias tradições, enquanto comunidades de prática e reprodução do conhecimento, podem disputar poder frente às possíveis mudanças de racionalidade. Essas mudanças, como uma virada não humana ou animal – envolvendo tanto a transformação das práticas discursivas quanto das práticas não discursivas, ou seja, o que se diz e o que se faz —, podem se manifestar nos modos de formação de estudantes e pesquisadores e nas formas de ensinar, realizar e comunicar a pesquisa. Diante disso, surgem algumas questões: **seria possível identificar uma virada não humana, animal ou biológica (não especista) nas ciências biológicas?** E, caso essa virada exista, **quais práticas poderiam ser colocadas em circulação nesse contexto?** Será que a **própria racionalidade-episteme constitutiva da Biologia, enquanto área de conhecimento, reconheceria tais práticas como legítimas e próprias do campo científico e de seu ensino?** Embora não tenhamos respostas para tais perguntas, as levantamos aqui com o intuito de problematizar as formas tradicionais de ensino e pesquisa em Biologia. E, mesmo que o escopo deste trabalho não permita qualquer resposta conclusiva, desconfiamos que possíveis respostas se configurem como um contundente **NÃO!**

A despeito disso, pensamos que o conceito de virada não humana em articulação com os Estudos Culturais, tal como proposto por Cord (2022a, 2022b, 2022c), pode ser produtivo para, no contexto da formação e da pesquisa na área da Biologia, (re)posicionar de modo crítico as relações de poder hierárquicas há tanto naturalizadas entre animais humanos e animais não humanos. Em outras palavras, tal conceito pode operar como um marco conceitual para debater a respeito de ética animal versus conservação animal¹⁰, animalidades, capitaloceno, especismo, pós-antropocentrismos, entre outros tópicos, na articulação entre estudos culturais e educação, formação de professores e pesquisadores, ensino de ciências e de biologia.

4. Desencantados e empacotados para consumo

As análises de Giorgi (2016) e Bone e Blaise (2015) avançam em direção a uma leitura biopolítica dos deslizamentos entre animais humanos e não humanos. Assim, estamos situados no campo da biopolítica e da necropolítica, seguindo, em síntese, a já conhecida **equação** proposta por Giorgio Agamben (2010) acerca da bios (vidas a serem protegidas) e da *zoe* (vidas a serem abandonadas), ou seja, **vida qualificada** versus **vida nua**. Portanto, embora os animais não humanos frequentemente fiquem de fora das análises que demonstram como os poderes atuam sobre os corpos humanos coletivamente – ou seja, no âmbito da população –, é imprescindível incluí-los neste debate. Isso se deve ao fato de que, conforme já argumentado, há, dependendo do lugar, do contexto e do período, um deslizante intercâmbio entre animalidades humanas e não humanas, expondo, no mínimo, **dados valores** relativos à vida.

Estamos no campo da biopolítica, porque se trata de controlar, conduzir, matar e (con)sumir (os) corpos de alguns animais humanos e animais não humanos. Além disso, trata-se de considerar os deslizamentos e intercâmbios entre as posições de **vidas a preservar** e **vidas a abandonar ou eliminar**: ora, há animais humanos tratados como não se deveria tratar nem os animais não humanos; há animais não humanos que dispõem de mais recursos, cuidados, posições e afeto, bem como de status de direito, que muitos (uma grande parcela de) animais humanos não dispõem, por vezes, ao longo de toda a vida. Daí retomarmos à pergunta: “o que a importância dada aos animais nos revela sobre as pessoas?” (Garber, 1999 *apud* Maciel, 2016, p. 63). Nessa direção, Giorgi (2016, p. 10, 13) observa que “o animal muda de lugar nas gramáticas da cultura e, ao fazê-lo, ilumina políticas que inscrevem e classificam os corpos dentro de ordens hierárquicas e economias de vida e morte”, e, assim, “[...] ilumina um território-chave para pensar essas distribuições e

¹⁰ Há um amplo debate a ser feito entre as abordagens da ética animal e da conservação animal, as quais, embora importantes, excedem os limites deste texto. Para melhor compreender como os princípios da ética animal se contrapõem aos usualmente mais conhecidos da conservação animal ou da biodiversidade, vide Faria (2023).

contraposições, na medida em que condensa a vida que [supostamente] pode ser eliminada ou sacrificada”, sendo esse o eixo central da biopolítica. Ou, como referem Bone e Blaise (2015, p. 25, tradução nossa), “a forma como tratamos os animais expõe múltiplas camadas de problematização sobre a forma como tratamos os demais humanos”. Essas autoras afirmam que não estão argumentando que as pessoas devam se preocupar mais com os animais do que com outros humanos, mas que “a forma como tratamos o Outro – incluindo o animal ou, mais especificamente, o animal – se expande muito rapidamente para abarcar os membros mais vulneráveis da sociedade” (Bone; Blaise, 2015, p. 25, tradução nossa).

As análises dessas autoras, que abordam o contexto australiano, destacam um paralelismo entre os seres humanos que se tornam **pacotes** ou **embalagens** e são tratados como não se deveria tratar nem os animais não humanos. Nesse sentido, elas discutem questões relacionadas aos prisioneiros de guerra; às crianças em busca de refúgio — muitas vezes embarcadas por familiares em locais distantes, na esperança de uma vida melhor —; e ao comércio e transporte de animais vivos, acondicionados em “**caixas**” (baias, contêineres, navios de carga viva — *livestock carriers*) que cruzam os mares até seu destino para consumo humano. As autoras questionam: “o que significa estar embalado, empacotado, mercantilizado e desumanizado/desanimalizado?” Segundo elas, “uma vez embaladas, certas experiências se normalizam, e o (re)empacotamento de pessoas e animais prolifera, surgindo em novas iterações” (Bone; Blaise, 2015, p. 18, tradução nossa). Para as referidas autoras, ainda, “*a análise de pessoas e animais como produtos é perturbadora, mas necessária, pois é assim que eles são empacotados*” (Bone; Blaise, 2015, p. 23, tradução nossa).

As pessoas que moravam no campo em torno de Treblinka, poloneses em sua maioria, disseram que não sabiam o que acontecia no campo. Disseram que, embora pudessem imaginar, não tinham certeza. Disseram que por um lado podiam ter sabido, por outro não sabiam, não podiam ter sabido, não podiam se permitir saber para se preservar”. [...] “Ao falar-lhes sobre a questão dos animais”, continua ela, “vou poupar-lhos da fiada de horrores que vem a ser a vida e a morte deles. Embora nada me leve a crer que vocês tenham plena consciência do que está sendo feito com os animais neste exato momento nas instalações produtivas (hesito em continuar chamando esses lugares de fazendas), nos abatedouros, nos barcos pesqueiros, nos laboratórios, no mundo todo, vou admitir que vocês me atribuem a capacidade retórica de evocar esses horrores para apresentá-los aqui com a devida força, sem no entanto prosseguir nesse rumo por ora, lembrando apenas que os horrores que neste momento omito constituem todavia o centro desta palestra” [...] A indústria da carne, em última instância, se dedica à vida (pois, afinal, não reduz suas vítimas a cinzas, já que, uma vez mortas, nem as enterra, mas, ao contrário, corta-as em pedaços, coloca-as no refrigerador

e as **empacota** para que possam ser consumidas no conforto de nossos lares)” (Coetzee, 2002, p. 24, 27, grifo do original).

Ainda que esses excertos já soem intensos em sua forma de confrontar uma realidade cotidiana – que, como Costello afirma, continua a se repetir dia após dia –, torna-se ainda mais incômoda (para nós humanos) a alusão ao nazismo, aos campos de concentração e à desumanização radical que transforma pessoas **em animais**. Essa transformação, no entanto, opera em dois sentidos: de um lado, os prisioneiros tratados como corpos que podem ser abatidos, comparáveis a animais **em matadouros**; de outro, aqueles que observavam ou participavam desse processo também se animalizam – mas no pior sentido do termo, pois eles, “e não suas vítimas, é que eram ‘animais’” (Coetzee, 2002, p. 26).

Assim, mesmo que as análises que estabelecem paralelos entre seres humanos e animais possam gerar certo desconforto, elas se inserem em um campo amplo e complexo de debates teóricos, que inclui a crítica ao especismo e à noção de uma hierarquização ontológica que confere maior valor à vida dos animais humanos em detrimento da dos não humanos (cf. Lewgoy; Segata, 2017). Bone e Blaise (2015) destacam, contudo, que o empacotamento opera uma transformação significativa, marcada pelo apagamento do nome – um dos principais elementos constitutivos da identidade entre animais humanos –, permitindo, assim, a mobilização dos corpos de um ponto a outro, do centro às margens (e vice-versa), seja na condição de refugiados, seja como **carne** destinada ao consumo em locais distantes, como é o caso do gado. Em suas palavras, “quando (re)empacotados como refugiados ou solicitantes de asilo, apaga-se a identidade do ser humano: ao pessoal que chega ilegalmente de barco não se permite falar, ser fotografado, entrevistado nem nomeado, nem mesmo [quando] morto” (Bone; Blaise, 2015, p. 23, tradução nossa). Parte do argumento delas é que, devido a esse (re)empacotamento, **o público** está se tornando insensível à **exportação** de seres vivos em todas as suas formas, incluindo a de animais humanos. Em outras palavras, **o público** ou **o espectador irônico**, ou seja, aquelas pessoas que frequentemente exercem o poder de falar/olhar e, em geral, não serem faladas/olhadas, **não sabe** o que acontece no **espetáculo do outro**¹¹, pois só veem **os pacotes**, e não aquele (o **outro**) que é **guardado/carregado em seu interior**: afinal, tal como já se disse, “a velhinha que compra bifes embalados em isopor e plástico no supermercado não quer saber da morte” (Terron, 2024, p.31).

Embora Almiron (2021) não opere diretamente com o conceito de biopolítica, a autora registra o deslizamento, dentro de um mesmo sistema de opressão ou de relações de poder hierárquicas, de significados entre humanos e não humanos como refugiados ou como migrantes

¹¹ Aqui fazemos alusão ao conhecido texto de Stuart Hall, denominado *O espetáculo do outro* (Hall, 2016), no qual o autor analisa as diferentes formas como os corpos pretos foram configurados e olhados pelos olhares da branquidade.

climáticos. Em direção similar à analisada por Bone e Blaise (2015), Almiron (2021) discute como o sofrimento relacionado a causas distantes (o sofrimento distante) opera em situações como a morte de bilhões de animais (fora os que são impossíveis de contar, como os invertebrados) nos incêndios que ocorreram na Austrália em 2019-2020, a partir da política do binarismo humano/animal ou humano/não humano. Ela relata que a morte desses animais, amplamente divulgada pelos meios de comunicação mundiais, não desencadeou uma mobilização de compaixão, como teria **possivelmente** ocorrido com os animais humanos, a despeito das imagens de animais queimados ou sedentos (como no Brasil entre setembro e outubro de 2024)¹², e tampouco levou a consideração de tratar esses animais como refugiados, uma vez que eles são compreendidos como recursos ou propriedade dos animais humanos, e não como **pessoas não humanas** (Bevilacqua, 2019), ou cidadãos, em relação aos quais se teria responsabilidades legais e institucionais, que necessitam de um novo lugar, solidariedade (uma atitude, um sentimento de unidade entre indivíduos com interesses comuns) e ajuda (em particular em grandes desastres).

Esse foi o caso, por exemplo, dos animais durante e após a enchente na Bacia do rio/lago¹³ Guaíba, que inundou extensas áreas na cidade de Porto Alegre/RS, entre outras cidades do Rio Grande do Sul, em abril e maio de 2024. Os animais foram considerados, invariavelmente, apenas como **recursos**, fossem naturais e/ou econômicos (como proteína animal ou carne). Nas notícias veiculadas nos jornais, a perda de animais de criação (gado, porcos, ovelhas, cabras, galinhas, cavalos, entre outros) era tratada como perda de recursos econômicos, reduzidos a números e cifras. Por sua vez, os chamados **recursos naturais**, ou seja, a morte de animais silvestres, sequer foi contabilizada, pois nem ao menos se conhece sua extensão em termos numéricos. Além disso, devido à sua **invisibilidade** e à baixa valorização nas preferências humanas, insetos, aracnídeos e vermes, por exemplo, sequer foram mencionados – ou apareceram referidos apenas como **perda da biodiversidade**, um termo que se aplica indistintamente a tudo. Assim, voltando às proposições de Almiron (2021, p. 60), pode-se dizer que é impossível “discutir eticamente a representação de humanos deslocados sem levar em conta o binarismo humano - não-humano, e a necessidade de fazê-lo a partir de uma perspectiva crítica, com uma postura interespecífica”.

¹² Vide, por exemplo, “As fotos de animais impactados pelas inundações no Rio Grande do Sul” (disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4n11r44znlo>). Acesso em: 3 dez. 2025); “Mais de 206 mil propriedades rurais foram afetadas pelas enchentes no RS” (disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/mais-de-206-mil-propriedades-rurais-foram-afetadas-pelas-enchentes-no-rs>). Acesso em: 3 dez. 2025); “Cheias deixaram 1,1 milhão de aves mortas e provocaram danos em 200 mil propriedades rurais do RS” (disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/06/04/enchentes-provocaram-danos-em-mais-de-200-mil-propriedades-rurais-do-rs-aponta-relatorio.ghtml>). Acesso em: 3 dez. 2025); vide também Marengo *et al.* (2024) e Hupffer, Roque e Pereira (2024).

¹³ Para uma discussão acerca da classificação do Guaíba como um rio ou lago, bem como dos efeitos práticos de tal classificação, vide por exemplo, o programa *Conversas Cruzadas*, de 4 de junho de 2025, denominado “Guaíba é rio ou lago?”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6qVpBT3PhtI&t=2682s>. Acesso em 27 jul. 2025.

Para tensionar esse binarismo, Almiron (2021) analisa a relação entre raça e especismo, solidariedade e ética, a partir de um contexto específico – que entendemos que pode ser aproximado do **contextualismo radical** apresentado por Grossberg (2009, 2015). Sua análise passa pelas relações de poder presentes na sociedade e considera os discursos do racismo e do especismo como interconectados. Isso porque ambos estão enraizados na mesma lógica binária: a separação entre humano e não humano, que se desdobra também nas oposições entre civilização/cultura (vistas como uma **essência humana** desvinculada do animal) e natureza (aquilo que é excluído do humano por supostamente possuir uma **natureza** própria). Assim, a construção da humanidade se apoia na exclusão e na negação da animalidade, utilizando essa distinção como um contraponto que reforça sua própria identidade como algo separado e superior. De acordo com a autora,

[...] antes que a contaminação que geramos afete a espécie humana, são os outros animais, em seu meio natural, cercados ou enjaulados, que experimentam suas consequências – por meio da perda de habitat, contaminação da água, erosão e desertificação do solo etc., na natureza; e do impacto que seus próprios resíduos e a falta de salubridade do confinamento têm em suas vidas. Assim, em paralelo à legitimização racista, sexista e classista do custo humano do capitalismo (muitas humanas e humanos são considerados prescindíveis e sacrificáveis em nome do *progresso*), encontramos a legitimização especista (muitos mais indivíduos não-humanos são considerados prescindíveis e sacrificáveis pelo bem dos humanos, especialmente de alguns humanos) (Almirón, 2024, p. 28, grifo do original).

Em outras palavras, são as vidas humanas e não humanas que estão em jogo, pois o capitalismo, o racismo, a extração de forças dos corpos – individual e coletivamente –, a regulação e/ou incremento da gestação e o controle do corpo, sobretudo das fêmeas humanas e não humanas, a realização de experimentos e, até mesmo, a narrativa do progresso são tópicos do biopoder, da biopolítica e, por sua vez, da necropolítica. A **economia da vida**, ou seja, dos corpos que importam ou não, opera extraindo-lhes a força – seja para o trabalho, seja para a escravidão, no caso dos animais (Almirón, 2024) – e (diríamos) para a exploração dos animais em geral e dos humanos animalizados.

5. Considerações finais: os Estudos Culturais frente às urgências do presente

Diante das discussões desenvolvidas ao longo deste ensaio, e retomando Stuart Hall e os Estudos Culturais, impõe-se uma pergunta central: “diante da urgência das pessoas [e dos seres



vivos] que estão morrendo, qual, em nome de Deus, é o propósito dos Estudos Culturais?" (Hall, 2023, p. 196). A força dessa indagação reside não apenas em seu apelo retórico, mas, sobretudo, em sua dimensão ético-política, ao convocar os Estudos Culturais a se posicionarem criticamente frente às múltiplas crises que atravessam o nosso tempo.

Nesse contexto, compreendemos que uma das tarefas centrais dos Estudos Culturais, quando articulados ao campo das Ciências, consiste em tensionar o cotidiano, desnaturalizar verdades estabelecidas e interrogar criticamente os modos pelos quais as Ciências Biológicas – e, consequentemente, a formação de professores/as e pesquisadores/as na área – têm se constituído e mantido a partir de dadas tradições herdadas do passado. Tal perspectiva nos leva a problematizar as práticas formativas em todos os níveis, considerando, de um lado, a necessidade de retomar e tensionar práticas institucionais consolidadas, e, de outro, a indagação: **quais práticas têm sido mobilizadas na construção de uma educação mais-que-humana ou pós-antropocêntrica?**

Essa indagação também nos orienta a investigar experiências de práticas pós-antropocêntricas, como aquelas propostas por Helena Pedersen (2007, 2023) e Dinker e Pedersen (2016), ou práticas não especistas, tal como vêm sendo discutidas pelo Center for Animal Ethics, vinculado ao Departamento de Comunicação da Universidade Pompeu Fabra, por exemplo, por meio da obra *Especismo e Linguagem* (Faria; Almirón, 2024). Tais práticas têm sido implementadas em distintos contextos educomunicativos, formais e não formais, e demandam análises críticas de suas potencialidades e limites a partir das ferramentas teóricas dos Estudos Culturais e de suas articulações, necessariamente interdisciplinares. No que se refere ao contexto brasileiro e latino-americano, estamos realizando uma ampla revisão bibliográfica com o objetivo de mapear experiências, produções e debates localizados.

Reivindicar a potência crítica dos Estudos Culturais e conectá-la aos debates contemporâneos – como a virada não humana, as discussões sobre animalidades, ética animal e as múltiplas crises do Antropoceno (incluindo as mudanças climáticas, a destruição de habitats e a contínua exploração de animais e outros seres vivos sob uma lógica especista que os reduz à condição de recurso ou propriedade) – configura-se como uma tarefa urgente e necessária frente às crises de nosso presente.

Assim, com base nessas premissas, este ensaio apresentou reflexões acerca das articulações possíveis entre a formação de professores(as) e pesquisadores(as) em Ciências Biológicas e Educação e uma abordagem pós-antropocêntrica. Nesse sentido, propõe-se o aprofundamento do diálogo entre educação e ética animal, de modo a problematizar o contraste entre **abordagens conservacionistas**, centradas na ecologia e no manejo populacional (frequentemente privilegiadas nos currículos de cursos de Biologia), e as **abordagens fundamentadas na filosofia animal** (cf. Faria, 2023). Além disso, pretende-se explorar as contribuições de diferentes áreas do conhecimento e temas de investigação que integram o campo dos *Critical Animal Studies*, cujos

aportes têm sido fundamentais para o debate contemporâneo e para a construção de uma educação comprometida com a superação do paradigma antropocêntrico.

Adentrar nesse campo dos *Critical Animal Studies* implica transitar por uma ampla gama de aportes interdisciplinares, o que demanda um esforço investigativo e articulador de grande fôlego. A complexidade e a diversidade das produções abrigadas sob essa chave – que inclui, entre outras, os próprios Estudos Culturais, bem como áreas como a História, a Filosofia, a Ética e o Direito Animal – mobilizam ainda processos e conceitos como a virada não humana, o antropoceno, o ensino de ciências e biologia, a etnografia multiespécies, a biopolítica, a zooliteratura, a zooantropologia, a zoofarmacognosia, entre outros. Trata-se, portanto, de um campo em expansão que exige mapeamento rigoroso, leitura sistemática e organização crítica, convocando a participação de múltiplos sujeitos, instituições e saberes para a constituição de horizontes epistemológicos e pedagógicos sensíveis às crises do presente.

A Biologia é um modo maravilhoso de emigrarmos de nós, de transitarmos para lógicas de outros seres, de nos descentrarmos. Aprendemos que não somos o centro da Vida nem o topo da evolução. Aprendemos que as bactérias são seres sofisticados que fizeram mais do que nós, espécie humana, pela existência da Terra como um organismo vivo (Couto, 2011, p. 51).

Tratou-se, aqui, de uma incursão ainda incipiente, mas que se propõe a contribuir com a construção de novos horizontes epistemológicos e pedagógicos frente às urgências contemporâneas – horizontes que desestabilizem o antropocentrismo e que nos permitam imaginar outros modos de coexistência entre animais humanos e animais não humanos, especialmente diante das crises provocadas pelo antropoceno.

Referências

AGAMBEN Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALMIRON, Núria. Communicating solidarity - the ethics of representing human and nonhuman distant suffering. In: KHAZAAL, Natalie; ALMIRON, Núria (org.) **Like an Animal** – Critical Animal Studies approaches to borders, displacement, and othering. Leiden; Boston: Brill, 2021. p. 51-75.

ALMIRON, Núria. Especismo y capitalismo. In: FARIA, Catia; ALMIRON, Núria (org.). **Especismo y lenguaje**. Madrid: Plaza y Valdez, 2024. p. 23-34.



ALMIRON, Nuria; ARANCETA-REBOREDO, Olatz. Lobbying against compassion: A review of the ethics of persuasion when nonhuman animals suffering is involved. **Methaodos - Revista de Ciencias Sociales**, v. 10, n. 2, p. 410-418, 2022. DOI: <https://doi.org/10.17502/mrcs.v10i2.575>.

ALTVATER, Elmar. The Capitalocene, or Geoengineering against Capitalism's planetary boundaries. In: MOORE, Jason W. (org.). **Anthropocene or Capitalocene**: nature, history, and the crisis of capitalism. Oakland, CA: PM Press, 2016. p. 138-152.

BEVILACQUA, Ciméa Barbato. Pessoas não-humanas: Sandra, Cecília e a emergência de novas formas de existência jurídica. **Mana**, v. 25, n. 1, p. 38-71, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-49442019v25n1p038>.

BONE, Jane; BLAISE, Mindy. An uneasy assemblage: prisoners, animals, asylum-seeking children and posthuman packaging. **Contemporary Issues in Early Childhood**, v. 16, n. 1, p. 18-31, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177/1463949114566754>.

COETZEE, John Maxwell. **A vida dos animais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOI: 10.46667/renbio.v18inesp1.1994

COLLING, Sarat. **Insurrección animal** – historias extraordinarias de rebelión y resistencia de los animales en la era del capitalismo global. Madrid: Erra Natura editores, 2024.

CONFERENCIA: STUART HALL Y LOS ESTUDIOS CULTURALES. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (1h42min). Publicado pelo canal Canal Universidad Católica de Pereira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RmAhd4mgnNE>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CORD, Florian. Political Ontologies: Cultural Studies and the Nonhuman Turn. **Critical Habitations**, n. pag. Web. 20 July 2022a. Disponível em: https://crithab.hypotheses.org/files/2022/08/critical-habitations-debate-2_3-cord.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

CORD, Florian. Posthumanist Cultural Studies: taking the nonhuman seriously. **Open Cultural Studies**, n. 6, p. 25-37. 2022b. DOI: <https://doi.org/10.1515/culture-2020-0138>.

CORD, Florian: “(Re-)Assembling Cultural Studies”, **Culture Unbound**, v. 14, n. p. 11-26, 2022c. Disponível em: <http://www.cultureunbound.ep.liu.se>. Acesso em: 20 set. 2024.

COULDREY, Nick. Estudos culturais – Podemos/devemos reinventá-los? In: SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; KARNOOPP, Lodenir Becker; WORTMANN, Maria Lúcia Castagna (org.). **O que são estudos culturais hoje?** Diferentes praticantes retomam a pergunta do *International Journal of Cultural Studies*. São Paulo: Editora Pimenta Cultural, 2022. p. 45-56. E-book. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/livro/estudos-culturais/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CRUZ, Elizeu Pinheiro da. **Plantas, animais, biólogos e outros entes na caatinga:** notas etnográficas em mundos de areia. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: https://ppgcs.ufba.br/sites/ppgcs.ufba.br/files/tese_de_doutorado-elizeu_pinheiro_da_cruz.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

CRUZ, Elizeu Pinheiro da. Quando biólogos olham para os bichos: caatinga, ecologia e zoologia entre vida, trabalho e morte. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 26, n. 57, p. 115-144, maio/ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832020000200005>.

DINKER, Karin Gunnarsson; PEDERSEN, Helena. Critical Animal Pedagogies: re-learning our relations with animal others. In: LEES, Helen E., NODDINGS, Nel (org.). **The Palgrave International Handbook of Alternative Education**, London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 415-430.



DOI: 10.46667/renbio.v18inesp1.1994

FARIA, Catia. **Animal ethics in the wild** - wild animal suffering and intervention in nature. Cambridge, United Kingdom; New York, NY: Cambridge University Press, 2023.

FARIA, Catia; ALMIRON, Núria (org.). **Especismo y lenguaje**. Madrid: Plaza y Valdez, 2024. p. 23-34.

FÖRNAS, Johan. Estudos culturais: atravessando fronteiras, defendendo distinções. In: SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; KARNOOPP, Lodenir Becker; WORTMANN, Maria Lúcia Castagna (org.). **O que são estudos culturais hoje?** Diferentes praticantes retomam a pergunta do *International Journal of Cultural Studies*. São Paulo: Editora Pimenta Cultural, 2022. p. 57-78. E-book. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/livro/estudos-culturais/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**: uma Arqueologia das Ciências Humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GIORGI, Gabriel. **Formas comuns** – animalidade, literatura e biopolítica. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

GROSSBERG, Lawrence. El corazón de los estudios culturales: contextualidad, construcción y complejidad. **Tabula Rasa**. Bogotá, n. 10, p. 13-48, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n10/n10a02.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2025.

GROSSBERG, Lawrence. Lutando com anjos: os estudos culturais em tempos sombrios. **Matrizes**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 13-46, julio-diciembre, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143043226002>. Acesso em: 20 jul. 2025.

GUTMAN, Amy. Introdução. In: COETZEE, John Maxwell. **A vida dos animais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 7-16.

HALL, Stuart. Estudos Culturais e seu legado teórico. In: SOVIK, Liv (org.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. 3. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2023. p. 183-200.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Epicuri, 2016.

HARAWAY, Donna J. Staying with the trouble: Anthropocene, Capitalocene, Chthulucene. In: MOORE, Jason W. (org.). **Anthropocene or Capitalocene**: nature, history, and the crisis of capitalism. 2016. p. 34-76.

HUPFFER, Haide Maria; ROQUE, Thais Rúbia; BARROS, Marcelo Pereira. O desastre ambiental do Rio Grande do Sul e os direitos dos animais. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA, Salvador, v. 34, n. 2, p. 1-28, 2024. DOI: <https://doi.org/10.9771/rppgd.v34i0.64042>.



JARDINE, Nicolas; SPARY, Emma. The natures of cultural history. In: JARDINE, Nicolas; SPARY, Emma. (org.). **Cultures of Natural History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 3-13.

LEWGOY, Bernardo; SEGATA, Jean. A persistência da exceção humana. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 49, p. 155-164, 2017.

MACIEL, Maria Esther. **Animalidades** – zooliteratura e os limites do humano. São Paulo: Instante, 2023.

MARENGO, José A. *et al.* O maior desastre climático do Brasil: chuvas e inundações no estado do Rio Grande do Sul em abril-maio 2024. **Estudos Avançados**, v. 38, n. 112, p. 203-227, 2024. Disponível em: DOI: 10.1590/s0103-4014.202438112.012.

MOORE, Jason W. Introduction - Anthropocene or Capitalocene: nature, history, and the crisis of capitalism. In: MOORE, Jason W. (org.). **Anthropocene or Capitalocene**: nature, history, and the crisis of capitalism. 2016. p. 1-11.

NELSON, Cary; TREICHLER, Paula; GROSSBERG, Lawrence. Estudos culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz T. (org.) **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 7-38.

PEDERSEN, Helena. **The school and the animal other** – an ethnography of human-animal relations in education. 2007. Göteborg Studies in Educational Sciences - Goteborg, SE, 2007. Disponível em: <https://gupea.ub.gu.se/handle/2077/17053>

PEDERSEN, Helena. Post-anthropocentric pedagogies: purposes, practices, and insights for higher education, **Teaching in Higher Education**, p. 1-15, 22 jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/13562517.2023.2222087>.

PETERS, Anne; STUCKI, Saskia; BOSCARDIN, Livia: The Animal Turn – what is it and why now? **VerfBlog**, 14 abr. 2014. Disponível em: <https://verfassungsblog.de/the-animal-turn-what-is-it-and-why-now/>. Acesso em: 15 out. 2024.

PONCE DE LEÓN, Alejandro. América Latina y el giro botánico en los estudios culturales. **Tabula Rasa**, n. 46, p. 49-64, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25058/20112742.n46.03>.

RITVO, Harriet. On the Animal Turn. **Daedalus**, v. 136, n. 4, p. 118-122, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20028156>. Acesso em: 20 fev. 2025.

TERRON, Joca Reiners. **Onde pastam os minotauros**. São Paulo: Editora Todavia, 2024.

VERUNSCHK, Micheliny. **O som do rugido da onça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Recebido em julho de 2025
Aceito em novembro de 2025

Revisão gramatical realizada por: Reinaldo Rodrigues Monção Junior
E-mail: revisao@tikinet.com.br